

“As Pedras na História”: O uso de fontes arqueológicas “pré-históricas” para a historiografia

“The Rocks in History”: the use of “prehistoric” archaeological sources for the historiography

Luiz Carlos Medeiros da Rocha*
luizcarlos_medeiros@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem objetivo discutir a utilização da cultura material enquanto fonte para a historiografia. Em específico, as fontes materiais trabalhadas são voltadas para a construção do conhecimento pré-histórico, onde, de modo geral, é uma tarefa atribuída aos arqueólogos e menosprezada pelos historiadores.

Palavras-chave: historiografia, fonte, material

Abstract: This article has objective to argue the use of the material culture while source for the historiography. In specific, the worked material sources are focused on the construction of the prehistoric knowledge, where, in general mode, it is a task attributed to the archaeologists and overlooked by the historians.

Keywords: historiography, source, material

*Doutorando em Arqueologia pelo Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Atua em pesquisas voltadas à arqueologia pré-histórica: coleções arqueológicas; indústrias líticas polidas e lascadas; tecnologia lítica; cadeias operatórias; sítio a céu aberto e abrigos sob rocha, e arqueologia na região central do Rio Grande do Norte.

Discussão Inicial

É de conhecimento dos pesquisadores que entre os estudos historiográficos, a cultura material foi colocada à margem da escrita da História, ou, como afirma Burke (2005, p. 90), “atribuída menos atenção”, mesmo que o seu destaque tenha surgido juntamente com outras grandes contribuições exercidas pelos renovadores da “Nova História”, no final da década de 1920, a partir da chamada escola dos *Annales*.¹ Como exemplo destas contribuições, podem ser destacadas a ampliação das fontes e dos documentos, à pluridisciplinaridade e a mudança substancial na compreensão do tempo histórico.

Inicialmente renegada pelos historiadores econômicos², hoje grande parte da utilização da cultura material, se faz presente essencialmente nos estudos que destacam aspectos da habitação, alimentação, das técnicas e também do vestuário, ou seja, voltados para as relações do cotidiano, para uma História da Vida Privada.

Os historiadores da ciência agora se preocupam com os espaços nos laboratórios ou nos anfiteatros de anatomia, enquanto os historiadores do império estudam a distribuição do espaço nos quartéis e barracas. [...] os historiadores da música examinam o desenho das casas de ópera e de concerto; enquanto os historiadores da leitura prestam atenção à organização física das bibliotecas (BURKE, 2005, p. 94).

Quando se discute fonte, ou documentação, ainda é comum ouvirmos entre historiadores que estas, são evidências atribuídas essencialmente aos textos, ou

a documentos impreterivelmente ligados ao papel, como: Jornais, fotografias, atas, cartas ou até mesmo testemunhos orais, negligenciando a importância da cultura material, como se não fosse possível retirar informações históricas do “não-escrito”. Acredita-se que isso se dá ainda pela herança de uma ligação que os historiadores tiveram com a Filologia, ou seja, com a escrita, a gramática, a língua etc., predominando “a ideia de que a História se faz com os documentos” (FUNARI, 2006, p. 83), portanto, tornando as fontes escritas sinônimos de História. Rompendo com essa ideia, pode-se inferir que o conceito atual de fonte histórica extrapola essa limitação:

*[...] progresso da utilização da documentação histórica é a concepção cada vez mais disseminada de que ‘fonte para a história’ pode ser, e de fato é, qualquer tipo de documento existente, qualquer realidade que possa aportar **um testemunho, vestígio ou relíquia**, qualquer que seja sua linguagem* (ARÓSTEGUI, 2006, p. 489, grifo nosso).

Confirmando que a construção da fonte para a História se dá na medida em que esta exige um testemunho do passado, um vestígio, e não necessariamente um texto. Reitera-se que uma fonte histórica é

todo aquele material, instrumento ou ferramenta, símbolo ou discurso intelectual, que procede da criatividade humana através do qual se pode inferir algo acerca de uma determinada situação social no tempo (ARÓSTEGUI, 2006, p. 491).

¹ A escola dos *Annales* se constituiu como um movimento historiográfico, surgido no final da década de 1920 através o periódico francês *Annales d’histoire économique et sociale*, que visava a ampliação do campo histórico em vários aspectos, rompendo assim, com o pensamento positivista da histórica, tida até então, como tradicional.

² Na utilização da matéria pelos historiadores econômicos, entre os aspectos analisados deixados de lado, estão questões como o simbolismo que tais matérias tinham, tal qual fez Fernand Braudel, em sua obra clássica *Civilização material, economia e capitalismo* de 1979, mesmo que Braudel tenha definido o objeto do seu livro apenas por metáforas (BURKE, 2005; PESEZ, 2001). Em *O Capital*, Marx já nos convida, como afirma Pezes (2001), “à construção de uma história das condições materiais da evolução das sociedades”, não desassociando com o estudo dos meios de trabalho.

Funari (2006, p. 82) ainda nos mostra que se olharmos para a historiografia, perceberemos em Heródoto, Tucídides ou Salústio uma História feita com objetos, testemunhos, paisagens, e não tão somente com documentos escritos. Neste sentido, ressaltamos que as fontes materiais vêm sendo utilizadas na História desde o seu surgimento.

Todas as fontes chegam até o pesquisador através dos vestígios culturais.³ A noção destas, concretas ou não, perpassa por tudo o que foi fabricado ou modificado pelos sujeitos, sendo possível identificar a presença da ação humana, onde o historiador irá utilizá-la, a partir das suas interpretações, chegando a alguma conclusão dentro do contexto histórico. Isso se aplica tanto aos vestígios da cultura material, quanto aos sinais comumente utilizados pela maioria dos que escrevem a História.

A fonte, por sua vez, passa por tudo que nos traz informação (historiográfica), como mostra o seu termo de origem em latim *fons* (fonte), fazendo alusão a fonte d'água, que em um novo sentido, jorraria as informações para o pesquisador efetuar seus estudos (FUNARI, 2006, p. 85; ARÓSTEGUI, 2006, p. 489). Com isso, um vestígio, dependendo da apropriação do historiador, pode vir a ser utilizado como uma fonte, e a mesma é, impreterivelmente, um vestígio, sendo estes

adquiridos de várias formas e com ajuda de outras ciências.

Com a quebra das fronteiras históricas, o historiador não pode mais se ver tão pretensioso como antes (dos *Annales*), ao ponto de acreditar que não há necessidade de se relacionar com outras áreas do conhecimento científico, eliminando de vez a ideia da *auto-suficiência do historiador*. Do mesmo modo que não se tem (ou não se deve ter) essa pretensão, também não se pode enxergar as outras ciências como apenas “auxiliares” aos trabalhos historiográficos.

O trabalho histórico se torna ainda mais plural ao enveredar por outras esferas científicas, debruçando sobre objetos dos quais não fazem parte da sua lógica (a *priori*), com isso, dando uma maior dinâmica na interação entre, principalmente, as ciências humanas, abandonando a herança deixada pelos “ditos positivistas” (BARROS, 2004, p. 19). Na própria História, como em outras áreas, várias pesquisas se tornariam pobres, ou incompletas⁴, caso não houvesse a utilização da interdisciplinaridade com outras formas de se fazer ciência.

Entre as outras ciências, a Arqueologia⁵, atualmente, pouco desassocia da História, quando se trata de um estudo voltado para a cultura material. É com essa área do conhecimento que os estudos de populações ágrafas são possíveis, pois sem ela, nem o

³ Para a arqueologia, o conceito de um vestígio acaba se ampliando mais até que a noção utilizada pelos historiadores. Como afirma Prous (1992, p. 25): “Consideramos vestígios arqueológicos todos os indícios da presença ou atividade humana em determinado local. Para se inserir tais vestígios no contexto ecológico (clima, vegetação, fauna, proximidade da água), é preciso preocupar-se também com os restos indiretamente ligados ao homem, mas que revelam em que condições ele estava vivendo”.

⁴ Mesmo sabendo que não existe uma História completa, definida, pronta e acaba, e mais, que não existe uma História sem margem de novas leituras e novos acréscimos, trabalhamos essa idéia aqui, na medida em que nos diversos trabalhos, a utilização da cultura material, por exemplo, se tornaria objeto constitutivo da construção histórica, no sentido de contribuir com o que está sendo trabalhado. Mesmo sabendo que a cultura material também não pode ser tipo apenas como “auxiliar” para o historiador, mas deve ser vista como um objeto de estudo, uma fonte, um documento etc. Peter Burke (2005), em *O que é História Cultural*, descreve: “A história das cidades seria incompleta sem os estudos dos mercados e das praças, assim como a história das casas seria incompleta sem os estudos do uso de seus espaços interiores.”

⁵ Jean-Marie Pesez (2001), descreve que com o decreto, em plena guerra civil (1919) na então URSS, Lênin cria uma instituição chamada de Academia de História da Cultura Material da URSS”, e com isso, essa instituição assumiria os trabalhos da antiga Comissão Arqueológica do regime czarista, tornando a arqueologia a principal via de acesso à história da cultura material. Lembrando que foi com a criação da Academia, que foram traçadas as essências da noção de cultura material.

historiador mais “metódico” ou o mais inovador tonaria possível à construção histórica de um período onde não existia a escrita. Quando a História passa a abordar em suas discussões, assuntos voltados principalmente a uma antropologia cultural, amplia-se esse debate historiográfico, favorecendo com isso, que os estudos arqueológicos deem suporte aos estudos da Pré-história (PESEZ, 2005 in: OLIVEIRA, 2009, p. 24).

Mesmo se tratarmos essas outras ciências como apenas “auxiliares”, e que, a cultura material é objeto atribuído aos arqueólogos – exclusivos no uso delas como fonte - não se poderia mais, enquanto historiadores, construir História de populações sem escritas, por exemplo. Ou mais, não se pode mais vestir as populações contemporâneas ao império brasileiro, ou mobiliar os palácios reais e as casas populares, entender como era a configuração da vida cotidiana de quilombos e tantas outras “Histórias” que deixaríamos de existir, pela simples rejeição de trabalhar com a cultura material.

Se a maioria dos historiadores pensarem assim, que a cultura material deve ser relegada somente aos arqueólogos, recaem dúvidas, como: Só quem poderia escrever uma História Econômica seriam os economistas?; Na História da Saúde, somente os médicos e enfermeiros?; Na História Social do Crime, somente os juízes, advogados e juristas em geral?; Na História da Literatura, os historiadores não poderiam analisar o discurso presente nas produções literárias? E/ou a História das Cidades, seria atribuição apenas dos arquitetos e urbanistas?.

Partindo do pressuposto que todas as respostas se deram negativas, ainda indagamos: por que a História da Cultura Material, ou uma História a partir da cultura material, não pode ser escrita e utilizada pelos historiadores?

Não significa dizer que os historiadores devam tomar para si a cultura material como somente seu obje-

to de estudo, retirando a legitimidade dos arqueólogos de utilizá-la. O que se cabe é que, disponha-se de métodos específicos (vindos da Arqueologia e outros campos científicos), tanto o historiador como o arqueólogo, e até mesmo outros cientistas, fazendo uso desse documento (que acima de tudo é histórico) para a construção do conhecimento.

As diferenças no trato da cultura material entre ambos são evidentes. O vocabulário específico necessário aos trabalhos arqueológicos distancia muito esses dois campos, onde é comum haver uma generalização por parte dos historiadores, sobre questões que envolva a arqueologia e, principalmente sobre a Pré-história. Ainda devido ao afastamento existente entre os historiadores e as fontes arqueológicas, e com a busca e preocupação exagerada pelos documentos escritos, fizeram com que, tradicionalmente, a Arqueologia se tornasse a encarregada de lidar muito melhor com a cultura material enquanto *fonte de informação*.

Pode-se compreender, com base em Aróstegui (2006), a diferença básica entre esses dois tipos de fonte, as materiais (ou arqueológicas) e as culturais (ou filológicas), onde, os “documentos culturais são, sem dúvida, um amplo tipo de fontes onde se incluem aquelas nas quais é possível separar um ‘suporte’ de um ‘conteúdo’ da informação”, sendo estas “praticamente todas as existentes que não são fontes arqueológicas”. Dessa perspectiva, o autor ainda coloca que os documentos históricos, materializados no objeto, precisam de um tratamento diferenciado daqueles onde reside um valor intelectual em seu conteúdo, que são os de caráter filológico (ARÓSTEGUI, 2006, p. 500).

Entretanto, vindo de encontro, pode-se concluir que as fontes materiais que o autor trata, também podem ser, *i. e.*, uma fonte cultural, pois, mesmo não estando presente textos a serem lidos e interpretados na cultura material, utiliza-se estes como um documento

pronto a ser lido e interpretado culturalmente, tendo-os como uma cultura materializada.

Como afirma Silva (2003, p. 14), os trabalhos e os resultados arqueológicos tendem a ser utilizados de maneira bastante esclarecedores e de muita importância para o acesso as possíveis informações surgidas, tanto para a História quanto para a Pré-história. Contudo, a Arqueologia se faz muito mais necessário para os estudos deste período (tendo em vista a tão discutida divisão entre a Pré-história e História analisada mais adiante), pois as fontes para o período posterior do domínio da escrita se tornaram mais abundantes.

Para a Pré-história - que aqui está relacionado ao período histórico do qual não se tinha a escrita - essa necessidade da Arqueologia se dá de maneira mais categórica, como, por exemplo, na

análise de uma estrutura do tipo de uma fogueira, ou o estudo de um artefato da chamada ‘indústria lítica’, ambos procedidos por um arqueólogo, é muito mais necessário do que qualquer outro tipo de trabalho arqueológico para um historiador (SILVA, 2003, p. 14).

Portanto, com tudo o que foi discutido até o momento, é possível observar a ligação da cultura material que se dá entre a Pré-história, História e a Arqueologia, encontrando suas semelhanças sobre esse mesmo objetivo, e legitimando a utilização de ambas com as *informações históricas* provindas da cultura material. E mais, mesmo em se tratando de um estudo a partir da matéria, ou do concreto, os historiadores, arqueólogos e pré-historiadores⁶, também atentam para “as manifestações das representações mentais sob todos os seus aspectos religiosos e artísticos” (PESEZ, 2001, p. 179-180).

O que é cultura material?

Não é tão simples chegar a uma definição pronta e fechada do que venha a ser a cultura material, do mesmo modo que não o é, quando se pretende definir vários outros termos, dentre eles a própria *cultura*. Se procurarmos identificar essa definição entre os que a utilizam rotineiramente, tais como os historiadores e os arqueólogos, “perceberemos, então, que eles não a definem, ou pelo menos não dão uma definição nominal, que dê conta brevemente e de maneira adequada da significação da expressão” (PESEZ, 2001, p. 180).

Na História, existe uma dimensão específica que se dedica a esse tipo de estudo: a História da Cultura Material. Um dos conceitos atuais a define como:

A História da Cultura Material estuda os objetos materiais em sua interação com os aspectos mais concretos da vida humana, desdobrando-se por domínios históricos que vão do estudo dos utensílios ao estudo da alimentação, do vestuário, da moradia e das condições materiais do trabalho humano (BARROS, 2004, p. 30).

Com isso, deve-se deixar claro, que a História da Cultura Material se constitui a partir do trabalho dos historiadores, utilizando os “objetos materiais” presentes na vida do homem. Por sua vez, e ainda concordando com Pesez (2001, p. 180), onde ele nos traz que não é tão seguro ter uma ideia bastante óbvia e precisa da cultura material, podendo dizer que a mesma elucida aspectos da vida humana, independente do período histórico ao qual o objeto pertença, sendo utilizado não só pelos historiadores, mas também pelos arqueólogos, antropólogos, e outros cientistas sociais.

⁶ O termo pré-historiador, já é bastante difundido principalmente entre os que estudam populações ágrafas. É utilizado para designar os historiadores que se dedicam ao estudo da Pré-história. “Enquanto os historiadores estudam preferencialmente os textos, os pré-historiadores analisam os vestígios materiais conseguidos através de métodos específicos” (PROUS, 2000, p. 19).

É inegável a relação existente entre a cultura material e a materialidade, isso é fato. Porém, não se deve reduzi-la a meras descrições de objetos em si, mas em conjunto a isso, identificar seus usos e apropriações sociais, as técnicas de fabricação, e sem dúvidas as noções mentais e culturais implantadas nesse artefato pelos homens, onde esses mesmos podem vir a ser um objeto material, através do seu próprio corpo físico (PESEZ, 2001, p. 195; BARROS, 2004, p. 30).

Para objetivar a presença da cultura material no campo histórico, utiliza-se aqui alguns dos quadros apresentado pelo José D’Assunção Barros (2004). No primeiro (figura 1), o autor, de maneira sintética, tenta abarcar várias das possibilidades de atuação do historiador. E dentre elas, destacaremos onde a cultura material se mostra presente e de forma mais direta.

Em se tratando das *dimensões*, ou dos enfoques, descritos pelo autor, pode-se fazer uma possível ligação direta com a cultura material. Onde, além da própria história, pode-se destacar também a História Antropológica, mas especificamente através da etno-história (destacado na fig. 1 pela cor vermelha). Não se trata em dizer que a presença da cultura material não se dê na construção histórica em outras dimensões, porém, foram escolhidas essas como as que têm uma relação mais “cordial”, ou de maior cumplicidade.

Em diversas abordagens, o autor ainda descreve a presença da Arqueologia para esse estudo, como uma forma de acessar as informações da cultura material, de igual modo como a maioria dos historiadores usam a oralidade e a entrevista na História Oral (destacado na fig. 1 pela cor azul). E, finalizando, é possível encontrar esse tipo de relação também nos *domínios* na História da Arte, e na História da Vida Privada.

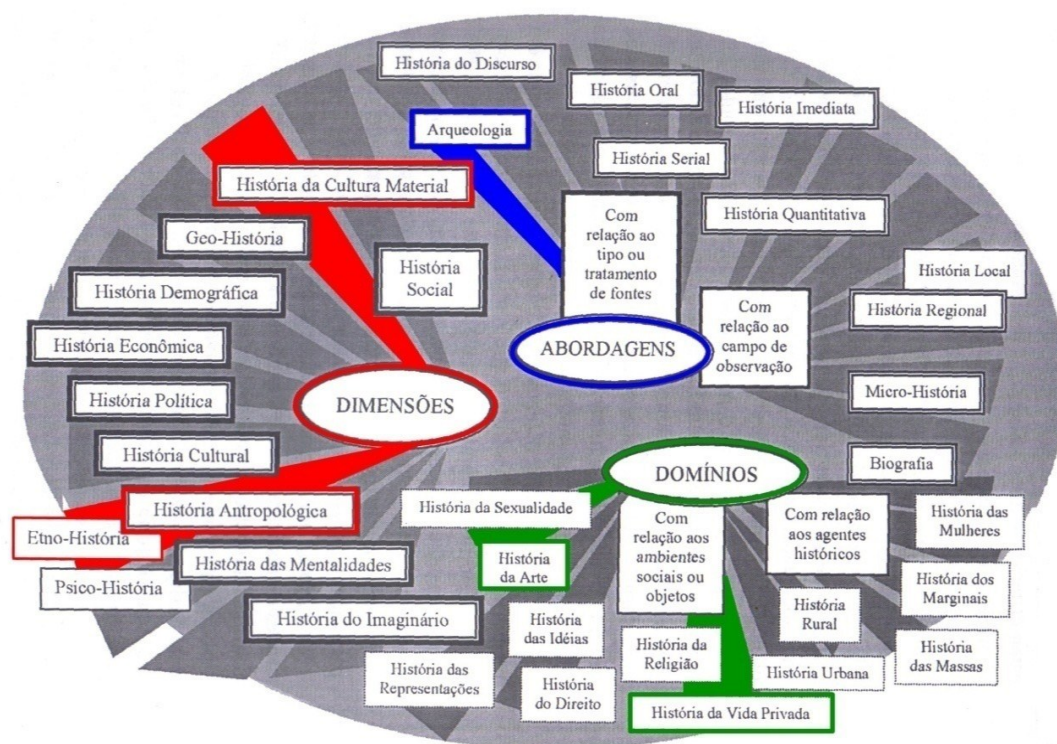


Figura 1 - Divisão do Campo Histórico: destacando sinteticamente e de forma mais direta, as possibilidades do trabalho utilizando a cultura material. (Dimensões: vermelho/ Abordagens: azul/ Domínios: verde)
Fonte: BARROS, 2004, p. 19 (Adaptado).

Contudo, é preciso ressaltar que um historiador que se dedica a uma dimensão específica, e que enfoca seus estudos a partir da cultura material, vai consequentemente, destacar alguns fatores particulares. Por exemplo, quando um historiador econômico utiliza a cultura material na sua construção histórica, o determinado objeto que ele utiliza vai leva-lo a algumas percepções voltadas para questões econômicas, tal como fez Fernand Braudel em sua obra

Civilização material, economia e capitalismo”, publicada em 1979, onde, para ele, “a vida material é como que o andar térreo de uma construção cujo andar de cima é constituído pelo econômico (PESEZ, 2004, p. 184).

Tratando da História Cultural, que também abarca essa relação com a cultura material, é possível vê-la dividida basicamente entre uma *História do Imaginário, das Mentalidades*, e uma *História Antropológica*, no qual, enfatizando essa relação com o

objeto, destaca-se os aspectos antropológicos, principalmente quando se trata de populações ágrafas (figura 2). Também, pode-se encontrar essa perspectiva na História Social, a partir das interfaces com a História da Cultura Material, Cultural e Econômica, e em tantos outros “ramos” possíveis da própria História Cultural, que alguns historiadores têm chamado de História Social dos Objetos.

Dentre essas possibilidades da utilização da cultura material nos estudos históricos, deve-se deixar claro que, mesmo com o “tradicional” interesse limitado dos historiadores, pode-se encontrar caminhos que levam a essa utilização na própria História.

A cultura material, que desde o século XIX, passou a ser vista como uma fonte para a história, mesmo sendo muito negligenciada, passa a sistematizar dados (das escavações, por exemplo), trazendo a luz informações do passado, colocando em primeiro plano as

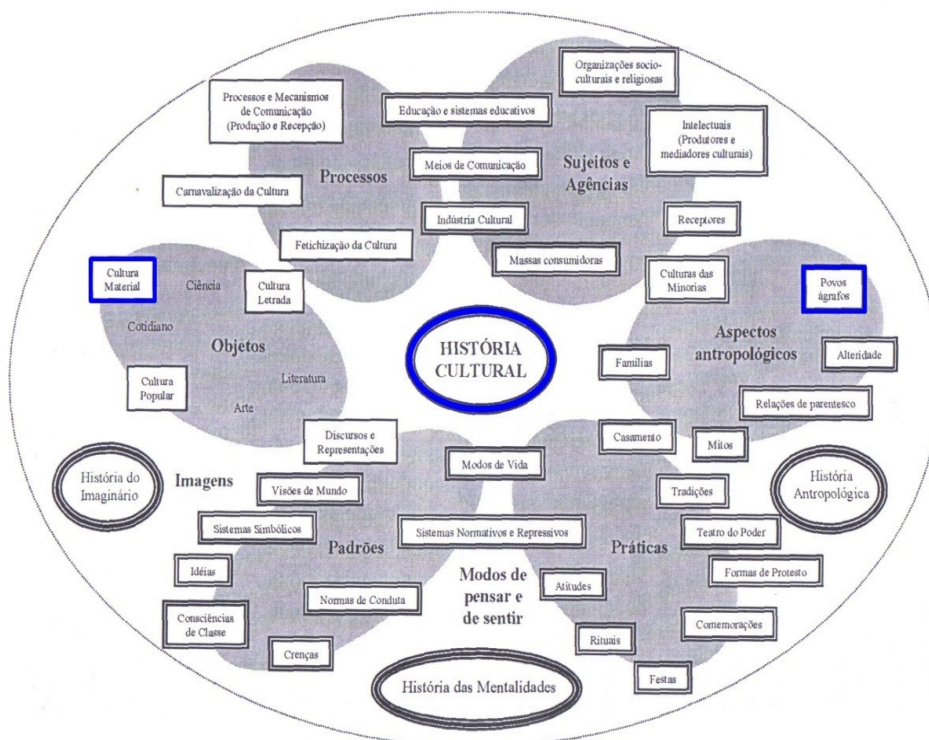


Figura 2 - Divisão da História Cultural: destaque das possibilidades da História utilizando a cultura material de forma mais direta (Cor azul).
Fonte: BARROS, 2004, p. 19 (*Adaptado*).

massas silenciosas (PEZES, 1988 in: OLIVEIRA, 2009, p. 26).

Vale ressaltar que, como também defende Burke (1992, p. 29): “a cultura material é evidentemente o campo de ação tradicional dos arqueólogos, que estudam períodos para os quais não existem registros escritos.” E são com os arqueólogos e os pré-historiadores, que através dos vestígios arqueológicos, esta utilização se dá de maneira mais eficaz. Mas não necessariamente exclusiva à Pré-história, pois pode-se encontrar estudos históricos sobre a Idade Média, acerca do início da Revolução Industrial, durante a ascensão do Império Romano etc., que utilizam métodos arqueológicos para sua construção. Mas, como já foi afirmado, a cultura material se torna imprescindível, nos estudos que envolvem povos ágrafos.

Portanto, com o que foi discutido até o momento, e em uma tentativa de encontrar uma definição mais próxima possível do que é a cultura material, tendo em vista uma definição que será utilizada no decorrer desse trabalho, pode-se dizer que: *a cultura material é tudo fabricado, utilizado e materializado no objeto concreto, apresentando marcas da ação humana no próprio objeto e a partir dos objetos, onde identificamos “restos” ou vestígios da cultura, das técnicas, e as relações de uma determinada população.* Sendo estas, utilizadas na Arqueologia e na História como fontes de informações em suas pesquisas.

Os arqueólogos, as fontes arqueológicas e a escrita da pré-história

Na atualidade, é corriqueira a visão cinematográfica, mítica e fantasiosa atribuída a Arqueologia e ao arqueólogo. Concordando com essa reflexão, Funari (2003, p. 9) ressalta a figura atraente

do arqueólogo, formada justamente por isso. Essas visões são muitas vezes impulsionadas, pelos romances e livros que relacionam a ficção com a ciência, pelas produções hollywoodianas, e principalmente pela imagem do aventureiro e herói Indiana Jones, digamos que o mais famoso dos arqueólogos da ficção. Ainda na contribuição desse imaginário, se mantém a ideia de que os profissionais desta área buscam tesouros em seu sentido literal, “botijas”⁷, monumentais cidades perdidas, e tudo que tenha um valor econômico ou financeiro.

Em contra partida, os profissionais dessa ciência estão se mostrando cada vez mais empenhados na divulgação do verdadeiro papel da arqueologia, desmitificando a visão de muitos. O arqueólogo se tornou responsável por construir o passado, a partir da transformação de coisas, do objeto concreto, ou da cultura material, em conhecimento escrito, numa relação entre as “coisas e o texto” (CABRAL, 2005, p. s/p).

Como afirma Prous, os arqueólogos:

[...] mapeiam as ocorrências para analisar em laboratório as relações entre os vestígios de uma mesma época, da mesma maneira que os policiais e legistas reconstituem a cena de um crime a partir do registro cuidadoso dos indícios no local do delito (PROUS, 2000, p. 32).

A perspicácia do arqueólogo se faz necessário, pois estes lidam com dados perecíveis a ação do tempo. Os vestígios encontrados, muitas vezes são somente fragmentos do objeto original, portanto, todos os indícios que venham contribuir na construção do conhecimento cultural de uma determinada sociedade, são de grande importância para o arqueólogo, e também para o historiador.

⁷ As botijas são vasilhames cerâmicos, que popularmente são vistas, principalmente pelo nordeste brasileiro, como vasilhas que contém moedas de ouro, prata, ou algum objeto valioso, que foram enterrados pelos “antigos” para esconder essas riquezas.

A ideia de Bruce G. Trigger de como se dá o trabalho do arqueólogo, consiste em:

[...] uma ciência social no sentido em que tenta explicar o que aconteceu no passado de alguns grupos específicos de seres humanos e generalizar os processos de mudança cultural. Diferentemente dos etnólogos, geógrafos, sociólogos [...], os arqueólogos não podem observar o comportamento da gente que estuda e, diferente dos historiadores, muitos deles não tem acesso ao pensamento desta gente através das suas fontes escritas. Em seu lugar, os arqueólogos devem deduzir o comportamento e as ideias humanas a partir dos restos materiais de todo aquele que os humanos criou e utilizou, e a partir do impacto do meio ambiente de suas atuações (TRIGGER, 1992, p. 29 –tradução nossa).

Dessas acepções, pode-se ressaltar também que:

A meta do arqueólogo consiste em propor um quadro da vida quotidiana das populações dentro do seu relacionamento com o meio, interpretando as múltiplas observações e análises realizadas dentro dos quadros teóricos que o momento histórico coloca à sua disposição (PROUS, 2000, p. 27).

Gordon Childe declara que a arqueologia é uma espécie de História, negando o seu caráter de apenas “auxiliar”. E afirma mais sobre a definição do trabalho arqueológico:

Os dados arqueológicos são documentos históricos por direito próprio e não meras confirmações de textos escritos. Exatamente como qualquer outro historiador, um arqueólogo estuda e procura reconstituir o processo pelo qual se criou o mundo em que vivemos – e nós próprios, na medida em que somos criaturas do nosso tempo e do nosso ambiente social (GHILDE, s/d apud FUNARI, 2003, p. 22).

A Arqueologia é “um terreno de encontro para os historiadores, os geógrafos e os etnólogos” (PESEZ, 2001, p. 197). E o trabalho arqueológico se caracteriza, desde cedo, por uma vocação ao uso da interdisciplinaridade. Entre as ciências humanas, a História e também a Antropologia ganham destaque. Mesmo sendo áreas de conhecimento diferentes, onde cada uma detém as suas particularidades, pode-se identificar certa proximidade cada vez mais acentuada entre, por exemplo, a Arqueologia, a História e a Antropologia, tendo em vista o desenvolvimento de abordagens utilizadas entre elas (PROUS, 2000; TRIGGER, 1992).

Mantendo o seu espaço de atuação, como já foi mencionado no decorrer desse trabalho, a cultura material é, sem sombra de dúvidas, a fonte do arqueólogo. Mas estas são formadas acima de tudo, por uma totalidade material, de evidência ou vestígios.

Nos últimos anos, houve uma ampliação do campo de ação do arqueólogo sobre a cultura material de qualquer época. E é na Arqueologia Histórica que esse aumento se destaca, pois, o historiador, e também o antropólogo, que estudem sociedades de períodos considerados como históricos, tem acesso a informações não mencionadas nos textos (FUNARI, 2003; PROUS, 2000).

Entre as pesquisas brasileiras, comumente realizadas pelos historiadores da cultura material, pode ser citado “os estudos de grupos indígenas influenciados pelos colonizadores”, “os estudos de núcleos de escravos rebeldes que criaram comunidades independentes”, e também “os estudos das comunidades de tradição europeia” (PROUS, 1992, p. 543). Todavia, é no estudo das populações ágrafas em que a Arqueologia torna-se imprescindível na busca e no trato das fontes.

O fator tempo na Pré-história (como na História em geral) é uma questão primordial no trabalho do arqueólogo e do pré-historiador, seja por datações absolutas, relativas, ou pela interpretação da

estratigrafia do solo etc. Quebrando, por sua vez, a tradicional ideia que o tempo é dividido a partir do calendário cristão (*antes de Cristo e depois de Cristo*), convencionando as datações, agora, em *antes do presente* (AP), e em *depois do presente* (DP).⁸

Na historiografia, temos uma divisão questionável do tempo histórico em, basicamente, Pré-história e História. Onde todo o percurso humano antes da invenção da escrita, ou utilização (já que com esse termo, *invenção*, pressupõe uma disseminação homogênea por todas as sociedades), vem a ser considerado como Pré-histórico. Posterior a isso, quando os registros fabricados pelo homem passaram a ser também através da escrita, convencionou-se a ser tratado como histórico. “Embora sejam disciplinas que se estudam separadamente, e com métodos diferentes, pré-história e história são inseparáveis e complementares, na medida que ambas procuram entender e contar a trajetória da aventura humana”(MARTIN, 2002, p. 20).

Pode se caracteriza essa relação a partir da divisão na pesquisa e na produção histórica, onde as:

*[...] obras sobre as sociedades ágrafas é uma tarefa comumente relegada aos chamados **pré-historiadores**. A relação entre a história e a pré-história encontra-se de certa forma fragmentada, pois, apesar da primeira [...] estar relacionada com os acontecimentos das sociedades humanas, a segunda, atua com um período onde o **tipo de fonte para o estudo não é a escrita**, caracterizadora do trabalho do historiador, e sim composta, essencialmente, por **artefatos**; esta premissa, entre outros motivos, contribuiu para que estes dois momentos da história do homem fossem, aos poucos, afastados* (SILVA, 2003, p. 13, grifo nosso).

No Brasil, esse período considerado como pré-histórico, se constitui tendo como “referência a toda uma época anterior à chegada do europeu no continente americano” (PROUS, 2006 in: OLIVEIRA, 2009, 25).

A ocupação do atual território brasileiro se deu há cerca de 50.000 anos (MARTIN, 2008), e fazer algum trabalho que abranja todo esse período não se dá (e nem se deu) de maneira única e total. Há vários estudos arqueológicos e históricos da Pré-história já produzidos, e pesquisas que ainda estão em andamento, impulsionados pelos já reconhecidos centros e também pelos novos círculos acadêmicos que crescem pelo Brasil, tentando preencher as lacunas existentes do conhecimento das populações pré-históricas que habitaram o nosso território durante esse longo período de ocupação.

As fontes utilizadas pelos arqueólogos e pré-historiadores, estão muitas vezes “abandonadas” pelo chão, “esquecidas” em paredões rochosos, a poucos centímetros do solo em vários sítios arqueológicos etc. É necessário, pois, analisar em conjunto ao encontrado em superfície, o que está sob a terra, como ressalta Leroi-Gourhan (1983), que é um livro maravilhoso, no qual o tempo faz com que dificulte a leitura do que está escrito nos sedimentos, sendo bem mais complicado o seu trato. E são nos sítios arqueológicos que podemos encontrar esses documentos para a escrita da Pré-história, numa espécie de “arquivo” nas camadas estratigráficas do solo, que é de fundamental importância “para a compreensão de um sítio e o posicionamento cronológico dos vestígios nele encontrados” (PROUS, 1992, p. 27).

Uma exemplificação do que venha a ser um sítio pré-histórico e os tipos de documentos encontrados nestes:

⁸ Temos comumente utilizados pelos arqueólogos e pré-historiadores, onde “Antes do Presente (AP) é uma expressão usada para a datação de períodos arqueológicos. Convencionou-se como data inicial para o início do Presente o ano de 1950” (ROOSEVELT, 2000, p. 49).

Em suma, um lugar que escapou mais ou menos às destruições do tempo. Proporcionalmente à superfície da terra, estes locais são pouco numerosos. Não contém todos o mesmo tipo de documento. Que documentos são esses? Para melhor compreender, olhemos para a casa em que estamos neste momento e imaginemos que é abandonada, tal como está, durante alguns milhares de anos. Os materiais mais fracos desaparecerão muito depressa [...]. Depois apodrecerá e desfazer-se-á a madeira dos móveis; [...] não ficará senão um punhado de pregos e algumas ferragens e da cama um monte de molas. Finalmente, a casa desabarará em cima de tudo. Para que serviriam aquele varão e as suas argolas? Seria um guizo, um jogo de sociedade? E aquelas estranhas molas. Seriam pulseiras de mulher [...]? (LEROI-GOURHAN, 1983, p. 19-20).

O que restou da materialidade do passado, serve para os historiadores, e principalmente para os arqueólogos, em uma melhor compreensão do passado. Com posse dos “suportes de informações”, o pré-historiador se encontra instrumentalizado para transformá-los em conhecimento escrito. E a saída do trabalho em campo, para o ambiente fechado do laboratório, configura aí, o “gabinete” do arqueólogo, ou do pré-historiador, fazendo-o, local da produção do conhecimento.

A individualidade das personagens da Pré-história acabou por se perder com o tempo, sobretudo pelos registros inexistentes dos, por exemplo, nomes dos “chefes”, dinvidades etc. Mas com o mínimo descoberto, consegue-se assim decifrar esse passado, através das pouquíssimas informações, configuradas na cultura material, e dar uma ação as relações sociais e culturais desse período (LEROI-GOURHAN, 1983, p. 26).

Nessa perspectiva, entre poucos vestígios que podemos encontrar para escrever a Pré-história, comumente identificamos: A arte rupestre; Diversos instrumentos utilizados no cotidiano dessas populações, co-

mo vasos cerâmicos; Pedras lascadas e polidas, além de outros instrumentos com suportes de origem animal, vegetal, mineral dentre outros. Dentre estes, são os vestígios líticos, os que constituem uma excelente fonte para a Pré-história, uma vez que as rochas, além de estarem facilmente ao alcance do homem e em grande abundância na natureza, o seu grau de durabilidade perante as ações naturais de destruição, se constitui de forma muito lenta.

Uma característica bastante marcante no cenário dos atuais estudos arqueológicos no Brasil, sobretudo nas pesquisas tecnológicas das indústrias líticas, se dá pela influência da Escola Francesa clássica, a partir dos elementos da *cadeia operatória* e *esquema operatório*, pelo método de análise da “remontagem mental” destas indústrias. O presente trabalho tenta versar por um estudo voltado para essa perspectiva, juntamente com as classificações tipológicas do material.

Uma fonte pré-histórica: os vestígios líticos

O homem pré-histórico sempre retirou da natureza os recursos com diferentes propósitos, usufruindo especialmente das rochas para a fabricação dos seus instrumentos. Essas pedras utilizadas pelos pré-históricos são, entre os outros vestígios, os mais conhecidos e estudados em todo o mundo, garantindo a partir disso, a sobrevivência dessas populações. “A importância da indústria lítica para as populações pré-históricas e para a compreensão de um contexto arqueológico torna-se bastante evidente quando se tem em mente o interrelacionamento Homem pré-histórico/meio ambiente.” (MORAIS, 2007:11).

Como esclarece Funari (2006, s/p):

[...] no transcorrer da história, percebe-se que o homem, para superar os obstáculos do meio ambiente, criou diversos artefatos com o intuito de obter uma forma de proporcionar a si e aos demais habitantes de sua socie-

dade facilidades como uma forma de melhorar as condições de vida das mesmas, aproveitando as matérias-primas que se encontravam na natureza e que sofreram algumas adaptações antrópicas, para que facilitassem o seu uso como: [...] machados de pedra, adornos e outros objetos. [...] São esses conjuntos de construções e de readaptações que denominamos de “cultura material.

Os vestígios líticos, de maneira geral, são todas as pedras que foram utilizadas pelas populações, neste caso pré-históricas, transformando-as em instrumentos úteis para o cotidiano, como para a caça, defesa, pesca e colheita, variando os seus métodos de fabricação entre principalmente o lascamento, polimento e/ou picoteamento.

Por muito tempo, as populações pré-históricas foram tidas, se ainda não o são, como pertencentes de culturas menos desenvolvidas, “atrasadas”, e que as sociedades consideradas como históricas, contemporâneas, seríamos mais desenvolvidas (ou superiores), menosprezando-as as antigas coletividades.

Uma característica marcante dessa visão dicotômica está presente na utilização do termo *tecnologia*, por exemplo, que nas atuais concepções, estaria ligado essencialmente as inovações na informática, no áudio visuais, nas industriais e em tudo que incluía a “modernidade”. Porém, a tecnologia é uma característica inerente ao desenvolvimento histórico-cultural do homem, em um sentido diacrônico.

O termo tecnologia é descrito em Inizan, et al (1995, p. 13), que restringe, em uma perspectiva particular, como uma concepção ligada à cultura material pré-histórica, sobretudo através dos estudos das técnicas e dos gestos. Os estudos dos objetos da Pré-história versam muito para essa perspectiva, uma vez que o analisado passa a ser as transformações do objeto. Haudricourt (1964) *in* Inizan (1995) complementa que:

Il est clair que pour un objet fabriqué c'est le point de vue humain de sa fabrication et de son utilisation par les hommes que est essentiel, et que si la technologie doit être une science, c'est en tant que science des activités humaines (INIZAN, 1995, p. 13).

A partir dessa reflexão, se pode dizer que observamos no objeto fabricado e utilizado pelo homem, as suas próprias visões, o que pretendeu, ou o que pretendia com aquele objeto. É necessário analisar, ainda, como faz Martin (2008, p. 163), que os avanços tecnológicos podem ser notados a partir de todos os instrumentos e matérias-primas, sejam estes mais complexos e bem elaborados, a partir de excelentes rochas para o uso, como é o caso do sílex e da calcedônia, mas também, essa observação deve ser feita juntamente com outros utensílios e outras matérias-primas menos apropriadas para a utilização, visando toda essa adaptação e invenção humana. Vale salientar ainda, que a análise que se tentou ser aplicado sobre o material lítico nesta pesquisa, influenciada pela escola francesa, visa compreender as diferentes etapas que esses artefatos passaram, desde a sua fabricação, seu significado social, e também o seu abandono, ou “descarte” (SOUZA G. N., 2008; INIZAN, 1995).

Como já foi discutido anteriormente (item 1.3), a cronologia é de fundamental importância para as pesquisas que envolvam a cultura material pré-histórica. Nesse sentido, é preciso ressaltar uma problemática inerente neste período histórico brasileiro, que vai demarcar quando o mesmo inicia e termina, ou seja, quando as populações pré-históricas passam a serem tidas como indígenas.

Ao falar dessa passagem, destacamos que a Pré-história européia, ainda está muito arraigada no Brasil, como se ela fosse uma história comum a todo o mundo conhecido, que, por exemplo, na América

existiu o Paleolítico, o Neolítico e até a chamada Idade dos Metais.

Essa discussão se faz necessário, quando se tenta definir os materiais líticos pertencentes ou não do que se convencionou ser tratado como Pré-história. Pois, comumente, em todo o mundo, se tem os materiais líticos lascados como mais antigos do que os materiais líticos polidos. E no Brasil, estes últimos muitas vezes são homogeneizados e relacionados à cultura dos agora denominados índios, e não mais por essas populações pré-históricas. É óbvio que com as datações estabelecidas dos vestígios, estas irão nos mostrar em qual período aproximadamente os materiais líticos pertencem, seja antes ou depois do contato com os colonizadores.

Sem dúvida que os vestígios líticos fabricados a partir do polimento (e o picoteamento) são mais recentes do que os líticos lascados, principalmente em relação às populações que viveram nas terras brasileiras. Entretanto, como afirma Prous (1992, p. 77), “ao contrário do que se pensa geralmente, o polimento da pedra não substituiu o lascamento, mas se desenvolveu paralelamente, preenchendo necessidades diferentes”.

Guidon (1992, p. 32) traz a relação de certo embaralhamento “entre as culturas pré-históricas e as tribos indígenas da época do contato”. Concordando com essa afirmativa, a perspectiva que se deve ter, é que, principalmente entre os materiais líticos sem datações definidas, como é o caso das encontradas por “acaso”, por guias, curiosos e geralmente estando estes materiais em superfície, pode-se relacioná-los como pertencentes, a princípio, tanto a uma cultura pré-histórica quanto histórica (e indígena).

Considerações

Portanto, essa discussão esteve voltada para a caracterização dos *vestígios da cultura material*, em destaque os *vestígios líticos* enquanto *fonte*, tendo em vista que estes podem ser estudados com uma perspectiva atemporal, como sinais comuns a ambos os períodos (se for pensado essa divisão do tempo histórico em dois, como discutido anteriormente), pois os vestígios líticos não deixaram de existir com a colonização europeia no que hoje conhecemos como Brasil, mesmo sendo substituídos ao longo do tempo. E sim, os historiadores podem e devem utilizar da cultura material para a construção do conhecimento, em benefício da historiografia.

Referências bibliográficas

ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

BARROS, José D’Assunção. *O Campo da História*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

_____. (org.) *A Escrita da História*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CABRAL, Mariana Petry. *Sobre coisas, lugares e pessoas: uma prática interpretativa na arqueologia de caçadores coletores do Sul do Brasil*. 2005. 186f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia*. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

_____. Os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, Carla B. (Org). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

GUIDON, Niède. As ocupações pré-históricas no Brasil (excetuando a Amazônia) In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura: FAPESP, 1992.

INIZAN, M. L. et al. *Technologie de la pierre taillée*. Paris: Editions Du CREP, Tome 4. 1995.

LEROI-GOURHAN, André. *Os Caçadores da Pré-história*. Paris:1983.

_____. Os caminhos da história antes da escrita. In: LE GOFF, Jacques. *História: novos problemas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1995.

MARTIN, Gabriela. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. 5. ed. Recife: Editora da UFPE, 2008.

MORAIS, José Luiz de. *Tecnotipologia Lítica: A utilização dos afloramentos litológicos pelo homem pré-histórico brasileiro: análise do tratamento da matéria-prima*. Erechim-RS: Habilis, 2007.

PESEZ, Jean-Marie. História da Cultura Material. In: LE GOFF, Jacques (org.). *A História Nova*. 2ª tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 177-213.

PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Editora da UNB, 1992.

_____. Arqueologia, Pré-história e História. In: TENÓRIO, Maria C. (Org). *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

OLIVEIRA, Adriana Machado Pimentel de. *Entre a Pré-história e a História: a busca de uma cultura histórica sobre os primeiros habitantes do Cariri Paraibano*. 2009. 130 f. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Ciências, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

ROCHA, Luiz Carlos Medeiros da. *“As pedras na história”*: a contribuição do uso de fontes materiais pré-históricas para a historiografia potiguar. 2010. 95 f. Monografia (Licenciatura em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2010.

ROOSEVELT, Anna. O Povoamento das Américas: o Panorama Brasileiro. In: TENÓRIO, Maria C. (Org). *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

SILVA, Abrahão Sanderson N. F. da. *“Lages da Soledade”*: uma contribuição à Pré-história do Rio Grande do Norte. 2003. 62 f. Monografia (Graduação em História), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

SOUZA, Gustavo Neves. *O Material Lítico Polido do interior de Minas Gerais e São Paulo: entre a matéria e a cultura*. 2008. 148 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Programa de Pós-graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

TRIGGER, Bruce G. *Historia Del Pensamiento Arqueológico*. Barcelona: Editora Crítica, 1992.

Submissão: 01/06/2015

Aceite: 20/09/2015